

**SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICIPIOS DE
OEIRAS E AMADORA**

**DESPACHO DO PRESIDENTE
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nº 11/2016

ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO DIRETOR DELEGADO

No âmbito da delegação de competências que me foram transmitidas pelo Conselho de Administração, com faculdade subdelegatória, mediante deliberação tomada em reunião de 22 de outubro de 2015, titulada pela Proposta de Deliberação n.º 250/2015, bem como das minhas competências próprias, delego e subdelego, com faculdade subdelegatória, exceto no que respeita à autorização de realização de despesa, no Diretor Delegado, **Dr. Nuno Emanuel Campilho Mourão Coelho**, a prática dos seguintes atos administrativos:

- a) Anulação referente a recibos de água, de trabalhos diversos, de tarifas de ligação, bem como de tarifas de conservação, até ao limite de € 12.500,00;
- b) Reembolsos referentes a recibos de água, de trabalhos diversos, de tarifas de ligação, bem como de tarifas de conservação, até ao limite de € 12.500,00;
- c) Autorizar o pagamento em prestações da tarifa de conservação e de ligação;
- d) Autorizar, em caso de existência de rotura devidamente comprovada, a refaturação dos valores de consumo, não contabilizando as componentes variáveis do serviço de saneamento e de gestão de resíduos sólidos, devendo o número de m3 englobados na média dos consumos ser faturados aos respetivos escalões, e os remanescentes faturados ao 2.º escalão (ou qualquer outro que seja entendido por mais adequado);



- e) Autorizar a abertura e adjudicação de quaisquer procedimentos administrativos concursais regulados no Código dos Contratos Públicos, até ao limite de €12.500,00;
- f) Aquisições referentes a fornecimentos de serviços, de equipamento e material, bem como referentes a empreitadas, até ao limite de € 12.500,00;
- g) Autorizar os abates de material, até ao limite de € 12.500,00;

1 - São delegadas com a faculdade de subdelegatória as competências destinadas à prática dos seguintes atos administrativos em matéria de recursos humanos:

- a) Deferimento de licenças de férias;
- b) Autorizar, nos termos legais, as ajudas de custo;
- c) Autorizar, nos termos legais, a concessão de subsídio de turno;
- d) Autorizar, nos termos legais, a concessão de abono para falhas;
- e) Autorizar, nos termos legais, a concessão de abono de família;
- f) Autorizar, nos termos legais, os pedidos de aposentação de pessoal;
- g) Homologação da classificação de serviço do pessoal;
- h) Aprovar a alteração dos horários de trabalho;
- i) Aprovar as escalas de turno e a realização de trabalho extraordinário;

2 - São também delegados, com faculdade subdelegatória, os seguintes poderes para:

- a) Proceder à comunicação prévia da abertura do estaleiro à ATC - Autoridade das Condições de Trabalho, nos termos do disposto no artigo 15.º do DL n.º 273/2003, de 29 de outubro, que procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis;
- b) Aceitar os técnicos responsáveis pelas obras, indicados pelos empreiteiros e designar o diretor de fiscalização da obra, nos termos do n.º 4 art.º 344.º do Código dos Contratos Públicos;



3 - Assinar toda a correspondência de mero expediente dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e da Amadora;

4 - Praticar todos os atos de administração ordinária (gestão corrente) e que se destinem a assegurar a continuidade das atribuições dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora nos termos do n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo.

O presente despacho tem efeitos imediatos.

Oeiras, 1 de julho de 2016.

O Presidente do Conselho de Administração,



Paulo Vistas